



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638375 - SP (2021/0000742-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JORGE LUIS ROSA DE MELO
ADVOGADO : JORGE LUIS ROSA DE MELO - SP324592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSVALDO DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSVALDO DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2262515-58.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e denunciado pela prática em tese do crime previsto no art. 121, § 2º, II, § 2º-A, I, e § 7º, III, c/c o art. 61, II e VI, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para manter a segregação cautelar, sob a alegação de que fundados em argumentos genéricos e na gravidade abstrata do crime imputado ao paciente.

Alega, ademais, que o paciente está inserido no grupo de risco para a covid-19, haja vista que possui 62 anos de idade, apresenta problemas cardíacos e é portador de *stent* coronariano. Desse modo, afirma a necessidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar ou por medidas cautelares diversas.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

A propósito, o acórdão impetrado consigna a existência de registro de maus antecedentes em desfavor do paciente, o que ensejaria a necessidade de evitar a reiteração criminosa e, assim, preservar a ordem pública.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a teratologia ou a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 223-224):

Em relação ao argumento da urgência causada pela pandemia oriunda do Covid-19, tendo o réu idade superior à 60 (sessenta) anos de idade, cumpre consignar que, apesar de a pandemia causada pelo Covid-19 assolar a sociedade como um todo, a Portaria Interministerial nº 07 de 18 de março de 2020 adota providências à contenção da pandemia no Sistema de Justiça Penal e Socioeducativo prisional, a tornar desnecessária, ao menos nesse momento, a liberdade provisória do paciente ou até mesmo a concessão da prisão domiciliar.

Destaca-se que as unidades prisionais reforçaram medidas preventivas de higiene, com foco no aumento da frequência de limpeza dos espaços de circulação e permanência das pessoas em privação de liberdade, bem como higienização das estruturas de transporte e contenção.

Além disso, em ofício emanado do Secretário da Administração Penitenciária, datado de 13/05/2020, constou:

“(...) No que se refere aos cuidados à saúde, tem-se que o atendimento aos custodiados continua fazendo frente às necessidades. Em 154 Unidades temos, ao menos, um profissional de saúde pertencente aos quadros da Secretaria da Administração Penitenciária, para o pronto atendimento. Somam-se as equipes médicas resultantes de pactuação com 38 (trinta e oito) municípios por meio da Deliberação CIB-62/2012, as quais atendem 59 (cinquenta e nove)

Unidades(podendo ser concomitantes com o atendimento de profissionais da SAP). Ainda assim, na ausência de equipe de saúde, o custodiado poderá ser atendido na rede pública local”.

Nesse contexto, as circunstâncias do caso concreto e a ausência de comprovação da deficiência na prestação de atendimento médico autorizam a manutenção da segregação do paciente no regime prisional em que se encontra, sem que ocorra qualquer violação à Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça.

Percebe-se, então, que não existe o aludido constrangimento ilegal que pudesse permitir que o paciente aguardasse, em liberdade, o transcorrer da ação penal em pleno curso na origem, uma vez que presentes os requisitos e pressupostos da prisão cautelar. (Original sem destaques)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente